

Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: casos nacionais

Ação de Formação Contínua - Tipo A

Lisboa, 10 de fevereiro de 2012

Direito ao Respeito da Vida Familiar (artigo 8º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem) Da regulação do poder paternal ao rapto internacional de crianças: Alguns casos portugueses

I – O artigo 8º da Convenção: o direito ao respeito da vida privada e familiar

II – Noção de “família” e de “vida familiar”

III – As relações pessoais e patrimoniais na “família”

IV – Relações entre pais e filhos

a) No seio da família – responsabilidades parentais; o divórcio e a regulação do poder paternal; direito de visita e seu incumprimento; proibição de discriminação; rapto parental

b) Nos casos de ruptura familiar – intervenção para promoção dos direitos e protecção de crianças em perigo

V – Os Estrangeiros

a) Direito a reunir-se com a família

b) Medidas de expulsão

Ana Garcia Marques

Jurista

Serviço do Agente do Governo Português
junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Bibliografia Essencial:

- BARRETO, Ireneu Cabral, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Anotada*, Coimbra Editora, 4ª Edição, 2011;

Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: casos nacionais

- ANDRIANTSIMBAZOVINA, Joel; GOUTTENOIRE, Adeline; LEVINET, Michel; MARGUÉNAUD, Jean-Pierre e SUDRE, Frédéric, *Les grands arrêts de la Cour européenne des Droits de l'Homme*, Presses Universitaires de France, 5^e édition mise à jour, 2009.

Jurisprudência referente a Portugal:

- Caso *Karassiotis c. Portugal*, acórdão de 01.02.2011, *Requête* nº 23205/08;
- Caso *Dore c. Portugal*, acórdão de 01.02.2011, *Requête* nº 775/08;
- Caso *Reigado Ramos c. Portugal*, decisão de 22.11.2005, *Requête* nº 73229/01;
- Caso *Filipe Manuel Rodrigues c. Portugal*, decisão de 28.06.2005, *Requête* nº 330/03;
- Caso *Maire c. Portugal*, acórdão de 26.06.2003*, *Requête* nº 48206/99;
- Caso *Salgueiro da Silva Mouta c. Portugal*, acórdão de 21.12.1999*, *Requête* nº 33290/96.

Estes acórdãos e decisões encontram-se disponíveis *online* na página do Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC), no campo dedicado aos Direitos Humanos: www.gddc.pt. Podem também ser consultados na página do TEDH, base de dados HUDOC, www.echr.coe.int.

* Estes acórdãos encontram-se traduzidos em português e estão disponíveis na página do GDDC.